

02/12/2010

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 104.403 SÃO PAULO

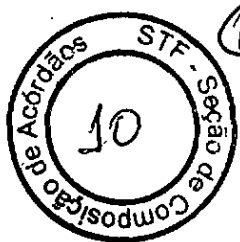
RELATORA	: MIN. CÁRMEN LÚCIA
PACTE.(S)	: WILLIAN CHRUCZACK DE OLIVEIRA OU WILLIAN CHRUSZAK DE OLIVEIRA OU WILLIAN CHRUSAAC DE OLIVEIRA OU WILLIAM CHRUSZAK DE OLIVEIRA
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL. TENTATIVA DE FURTO QUALIFICADO DE APROXIMADAMENTE 50 METROS DE FIO DE COBRE UTILIZADOS. EM REDE ELÉTRICA. ALEGAÇÃO DE INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA: INVIABILIDADE. HABEAS CORPUS DENEGADO.

1. A tipicidade penal não pode ser percebida como o trivial exercício de adequação do fato concreto à norma abstrata. Além da correspondência formal, para a configuração da tipicidade, é necessária uma análise materialmente valorativa das circunstâncias do caso concreto, no sentido de se verificar a ocorrência de alguma lesão grave, contundente e penalmente relevante do bem jurídico tutelado.

2. O princípio da insignificância reduz o âmbito de proibição aparente da tipicidade legal e, por consequência, torna atípico o fato na seara penal, apesar de haver lesão a bem juridicamente tutelado pela norma penal.

3. Para a incidência do princípio da insignificância, além de serem relevados o valor do objeto do crime e os aspectos objetivos do fato – tais como a mínima ofensividade da conduta do agente, a ausência de periculosidade social da ação, o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e a inexpressividade da lesão jurídica causada -, devem ser analisados, em cada caso, de forma cautelar e rigorosa, a realidade sócio-econômica do País e o conjunto de valores éticos juridicamente aproveitados pelo sistema penal para determinar se a conduta pode ou não ser considerada típica para a configuração do delito. Precedentes.



HC 104.403 / SP

4. Na espécie, embora o objeto da tentativa de furto qualificado tenha sido avaliado em R\$ 150,00 reais, de pouco valor material, é certo, houve prejuízo para a vítima, que teve que reparar a rede elétrica danificada, e a interrupção do serviço de iluminação pública para os usuários da respectiva localidade.

5. Ordem denegada.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Primeira Turma, sob a Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, à unanimidade, **em indeferir o pedido de *habeas corpus***, nos termos do voto da Relatora.

Brasília, 2 de dezembro de 2010.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA** - Relatora

02/12/2010

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 104.403 SÃO PAULO

RELATORA	: MIN. CÁRMEN LÚCIA
PACTE.(S)	: WILLIAN CHRUCZACK DE OLIVEIRA OU WILLIAN CHRUSCZAK DE OLIVEIRA OU WILLIAN CHRUSAAC DE OLIVEIRA OU WILLIAM CHRUSCZAK DE OLIVEIRA
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO**A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - (Relatora):**

1. *Habeas corpus*, com pedido de medida liminar, impetrado pela DEFENSORIA PÚBLICA DE SÃO PAULO, em benefício de WILLIAN CHRUCZACK DE OLIVEIRA ou WILLIAN CHRUSCZAK DE OLIVEIRA ou WILLIAN CHRUSAAC DE OLIVEIRA ou WILLIAM CHRUSCZAK DE OLIVEIRA, contra julgado da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça que denegou a ordem nos autos do *Habeas Corpus* n. 146.622, Relator o Ministro Jorge Mussi, em 4.5.2010.

O caso

2. Tem-se nos autos que o Paciente foi denunciado pela suposta prática de tentativa de furto qualificado (art. 155, § 4º, inciso IV, c/c arts. 14, inciso II, e 29, *caput*, todos do Código Penal – fls. 14-15).

3. Expõe a denúncia que:

“Consta do incluso inquérito policial que no dia 12 de setembro de 2007, por volta das 11:35 horas, na Rua Serra dos Pirineus, altura do numeral 1, viela 9, via pública, nesta cidade e comarca de Diadema, WILLIAN CHRUSCZAK DE OLIVEIRA, qualificado a fls. 15, em

HC 104.403 / SP

concurso e com unidade de desígnios e identidade de propósitos com o adolescente infrator FELIPE DE LIMA ANTUNES, tentaram subtrair para si fios de cobre da empresa Eletropaulo, conforme auto de exibição de fls. 12, somente não consumando o delito em razão de circunstâncias alheias a sua vontade" (fl. 14).

4. Consta do documento de fl. 27 que o objeto do delito imputado ao Paciente consiste em aproximadamente 50 metros de fio de cobre utilizados em rede elétrica, que foram avaliados em R\$ 150,00.

5. Em 24.6.2008, o Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Diadema/SP condenou o Paciente às penas de um ano de reclusão, a ser cumprida em regime inicial aberto, e cinco dias-multa, sendo a pena privativa de liberdade substituída por prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas (fls. 52-62).

6. Contra a sentença condenatória, a defesa interpôs recurso de apelação no Tribunal de Justiça de São Paulo, que, em 7.5.2010, negou-lhe provimento e afastou a aplicação do princípio da insignificância (fls. 76-94).

7. Na sequência, foi impetrado no Superior Tribunal de Justiça o *Habeas Corpus* n. 146.622, Relator o Ministro Jorge Mussi. Em 4.5.2010, a Quinta Turma desse Superior Tribunal denegou a ordem:

"HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO TENTADO. AUTO DE AVALIAÇÃO. MERCADORIA SUBTRAÍDA DE VALOR ACIMA DO ESTABELECIDO POR ESTA QUINTA TURMA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO. RES FURTIVA DE VALOR NÃO ÍNFIMO. COAÇÃO ILEGAL NÃO DEMONSTRADA.

1. Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o princípio da insignificância tem como vetores a mínima ofensividade da conduta do agente, a nenhuma periculosidade social da ação, o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e a

HC 104.403 / SP

inexpressividade da lesão jurídica provocada.

2. *Demonstrando o respectivo auto que o objeto furtado apresenta valor superior ao limite fixado por esta Quinta Turma para o reconhecimento do crime de bagatela, inviável a aplicação do princípio da insignificância, causa excludente de tipicidade material, admitida pela doutrina e pela jurisprudência em observância aos postulados da fragmentariedade e da intervenção mínima do Direito Penal.*

3. *Ordem denegada*" (fl. 107).

8. *Esse julgado é o objeto da presente impetração, na qual se alega "que a res furtiva foi avaliada em R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), restando patente o caráter bagatelar da infração, em razão da espécie do bem jurídico, devendo o bem material ser considerado insignificante para aplicação de uma pena na esfera penal"* (fl. 9).

Este o teor dos pedidos:

"Ante o exposto, (...) que a liminar deferida seja confirmada, em caráter definitivo, e que implicará na concessão da ordem de habeas corpus (...), no sentido de que seja concedida ao ora Paciente a incidência da atipicidade da conduta, tendo em vista o princípio da insignificância. E em razão do teor decisório esperado, (...) o trancamento da ação penal" (fls. 12-13).

9. Em 30.6.2010, indeferi o pedido de medida liminar, requisitei informações e determinei, na sequência, vista dos autos ao Procurador-Geral da República (fls. 118-123).

10. As informações foram prestadas e a Procuradoria-Geral da República opinou pela concessão da ordem (fls. 629-632).

É o relatório.

02/12/2010

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 104.403 SÃO PAULO

VOTO**A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - (Relatora):**

1. Conforme relatado, a Impetrante sustenta, basicamente, que haveria de se aplicar o princípio da insignificância.

É consabido que a tipicidade penal não pode ser percebida como o trivial exercício de adequação do fato concreto à norma abstrata. Além da correspondência formal, para a configuração da tipicidade, é necessária uma análise materialmente valorativa das circunstâncias do caso concreto, no sentido de se verificar a ocorrência de alguma lesão grave, contundente e penalmente relevante do bem jurídico tutelado.

O princípio da insignificância reduz o âmbito de proibição aparente da tipicidade legal e, por conseqüência, torna atípico o fato na seara penal, apesar de haver lesão a bem juridicamente tutelado pela norma penal.

2. Na espécie vertente dos autos, a denúncia discorre sobre a tentativa de furto qualificado de aproximadamente 50 metros de fio de cobre utilizados em rede elétrica, que foram avaliados em R\$ 150,00 (fl. 27).

Em pesquisa no acervo jurisprudencial deste Supremo Tribunal Federal, verifica-se o reconhecimento da incidência do princípio da insignificância em casos de furto de *"cadeiras de palha avaliadas em R\$ 91,00"* (HC 96.688, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ 29.5.2009); de *"aparelho celular"* avaliado em *"R\$ 150,00"* (HC 96.496, Rel. Min. Eros Grau, DJ 22.5.2009); de *"mochila"* avaliada em *"R\$ 154,57"* (RHC 89.624, de minha relatoria, DJ 7.12.2006); de *"roda sobressalente com pneu de automóvel"*

HC 104.403 / SP

estimados em R\$ 160,00" (HC 93.393, Rel. Min. Cezar Peluso, DJ 15.5.2009); e de "roupas" avaliadas em "R\$ 270,00" (HC 95.957, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 31.10.2008); o que, em princípio, autorizaria, considerando unicamente o valor do bem subtraído, a aplicação do referido princípio da insignificância.

No entanto, na espécie vertente dos autos, a análise dos documentos que instruem o pedido e dos demais argumentos articulados na inicial evidencia a ausência dos requisitos essenciais à incidência desse princípio, pois o que é determinante para o deslinde de controvérsias como a dos autos é o relevo do bem jurídico tutelado em face da específica situação cuidada.

Embora trate-se de bem de pequeno valor, ao proferir a sentença condenatória, o Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Diadema/SP afastou a aplicação do princípio insignificância com base nos seguintes fundamentos:

"[N]ão é possível para acarretar uma absolvição, o reconhecimento do princípio da insignificância, pois o auto de avaliação de folha 13 revela que estava sendo tentado o furto de cinquenta metros de fiação elétrica de iluminação pública, isto avaliado em cento e cinquenta reais, o que muitos pais de família no Brasil, infelizmente, não conseguem ganhar mensalmente e, então, isto está a indicar que não era insignificante o valor patrimonial do bem que o réu tentava furtar, o réu, inclusive, afirmou, mas não provou, que pretendia obter dinheiro com a venda do que tentava furtar para ajudar em casa, o que também está a indicar que a fiação tratada nestes autos tem valor econômico.

A conduta iniciada pelo réu tem lesividade, pois causa prejuízo, já que além de representar perda econômica da empresa que tem que manter o serviço público de iluminação, também representou, por via de consequência, a paralisação da iluminação pública para algumas pessoas. Assim, tem danosidade social, alteridade, a conduta delitiva apurada nos presentes autos.

HC 104.403 / SP*(...)*

A conduta do paciente, em princípio, não pode ser considerada insignificante, pois possui gravidade perceptível ao menos socialmente, tornando a submissão à sanção criminal indispensável à adequação da justiça e à segurança dos valores da sociedade" (fls. 58-59 – grifo nosso).

O Tribunal de Justiça de São Paulo também afastou a aplicação do princípio a insignificância, *"tendo em vista o efetivo prejuízo sofrido pela vítima, que não foi considerado irrisório e, ainda que o seja de pequeno valor, nosso ordenamento jurídico não exime o réu da responsabilidade pelo evento criminoso, por ser a conduta juridicamente relevante e merecedora de reprovação"* (fl. 91).

Ao prolatar o acórdão objeto desta impetração, a Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça denegou a ordem, assentando que, *"na hipótese em exame, além de a conduta do paciente - furto qualificado tentado - se amoldar à tipicidade formal, que é a perfeita subsunção da conduta à norma incriminadora, e à tipicidade subjetiva, pois comprovado o dolo do agente, não há como, na hipótese, afastar-se a tipicidade material, que consiste na relevância penal da conduta e do resultado típicos em face da significância da lesão produzida no bem jurídico tutelado pelo Estado"* (fl. 113).

Em alguns casos tem concluído o Supremo Tribunal pela aplicação do princípio da insignificância, quando o bem lesado não interesse ao direito penal, havendo de ser resolvido noutros campos do direito ou, mesmo, das respostas sociais não jurídico-penais, o que não se repete em outros casos, quando se comprova que o bem jurídico a ser resguardado impõe a aplicação da lei penal, notadamente *"considerando-se os padrões sócio-econômicos do Brasil"*.

Pela jurisprudência prevalecente, portanto, o que se há de considerar, em cada caso, de forma cautelar e rigorosa, é o conjunto de valores que se põe em causa em determinada ação penal para se concluir

HC 104.403 / SP

pela tipicidade penal ou pela atipicidade.

Dá-se, contudo, que o que se impõe anotar para a aplicação do princípio da insignificância não é simplesmente o valor material nem o “perigo concreto relevante”, mas os valores ético-jurídicos aproveitados pelo sistema penal para determinar se determinada conduta é, ou não, típica para a configuração do delito. É o que descreve, dentre outros, José Henrique Guaracy: “o princípio da insignificância se ajusta à equidade e à correta interpretação do direito. Por aquela acolhe-se um sentimento de justiça, inspirado nos valores vigentes em sociedade, liberando-se o agente cuja ação, por sua inexpressividade, não chega a atentar contra os valores tutelados pelo Direito Penal” (Princípio da Insignificância. Belo Horizonte: Del Rey, 2000, p. 37).

Na espécie, embora o objeto da tentativa de furto qualificado tenha sido avaliado em R\$ 150,00 reais, de pouco valor material; é certo, houve prejuízo para a vítima, que teve que reparar a rede elétrica danificada, e a interrupção do serviço de iluminação pública para os usuários da respectiva localidade.

3. Ademais, há que se considerar ainda a possibilidade de aumento do valor pago pelo uso do serviço de iluminação pública, uma vez que poderá haver o repasse aos usuários dos gastos com várias reparações de rede elétrica a serem feitas por conta de delitos como o que se tem nos presentes autos.

Não é o valor material o que há de ser considerado, mas os valores ético-jurídicos que o sistema normativo-penal acolhe na busca de seu resguardo, e eles foram atingidos pela conduta do ora Paciente.

4. Pelo exposto, encaminho a votação **no sentido de denegar a ordem.**

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS 104.403

PROCED. : SÃO PAULO

RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA

PACTE.(S) : WILLIAN CHRUCZACK DE OLIVEIRA OU WILLIAN CHRUSCZAK DE OLIVEIRA OU WILLIAN CHRUSAACK DE OLIVEIRA OU WILLIAM CHRUSCZAK DE OLIVEIRA

IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma indeferiu o pedido de *habeas corpus*, nos termos do voto da Relatora. Unânime. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. 1ª Turma, 02.12.2010.

Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Presentes à Sessão o Ministro Marco Aurélio, a Ministra Cármen Lúcia e o Ministro Dias Toffoli.

Subprocurador-Geral da República, Edson Oliveira de Almeida.

Fabiane Duarte
Coordenadora